



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

JUSTIFICATIVA – PL 1295/2025

Em São Paulo, diversos presídios e cadeias tornaram-se marcos históricos conhecidos dos paulistanos. Ainda que suas histórias revelem capítulos dolorosos, tais espaços fazem parte da memória coletiva e ajudam a compreender o passado social e político da cidade. Enquanto o Carandiru e o Presídio Tiradentes foram demolidos, o Presídio do Hipódromo, localizado na Rua do Hipódromo, nº 600, no Brás, ainda resiste, embora ameaçado pela especulação imobiliária e pelo abandono.

Construído entre o final da década de 1930 e o início da década de 1940, o Presídio do Hipódromo rapidamente tornou-se conhecido da população paulistana. Inicialmente, o espaço abrigava pessoas detidas por crimes comuns, como furtos e roubos, e também por crimes mais graves, como homicídios. Mais tarde, passou a receber também mulheres em situação de prostituição. Em razão de sua precariedade estrutural e da superlotação, ficou conhecido como um verdadeiro “depósito de presos”.

A situação do presídio agravou-se no final dos anos 1960, quando passou a receber também presos políticos durante a ditadura militar. Já no início dos anos 1970, o Presídio do Hipódromo havia se transformado em um dos aparatos da repressão política. Entre os que ali estiveram encarcerados estão figuras como José Genoíno, Nilmário Miranda, Ivan Seixas, Amelinha Teles, Idibal Pivetta e Rita Lee, que foi presa grávida. Segundo depoimentos de ex-detentos, a administração da época mantinha ligações com o chamado “Esquadrão da Morte”, e não eram raros os episódios de violência e chacinas.

Com o fechamento do Presídio Tiradentes, em 1973, o Hipódromo recebeu ainda mais prisioneiros, agravando o quadro de insalubridade. As celas chegaram a abrigar entre 15 e 20 presos em condições degradantes. Apenas com a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, cessou a presença de presos políticos em suas dependências.

Em 1986, o Decreto Estadual nº 24.789 alterou sua denominação para Cadeia Pública do Hipódromo e transferiu sua administração para a Secretaria de Justiça. Mesmo assim, o local permaneceu em condições precárias até seu fechamento definitivo, ocorrido em 1995.

Em 2003, anunciou-se que o edifício seria reformado para abrigar uma escola profissionalizante vinculada à Fundação do Bem-Estar do Menor, antiga (Febem), com investimento de R\$ 1,3 milhão. O projeto, porém, jamais foi concretizado, e o espaço acabou servindo apenas como unidade da Fundação Casa, até seu fechamento final em 2021. Desde então, encontra-se abandonado.

O prédio também se tornou cenário de diversas produções audiovisuais, como o premiado filme “O Beijo da Mulher Aranha”, além de novelas e séries da TV Record, TV Globo e Netflix. Clipes musicais de artistas como Gloria Groove e Supla também foram gravados em suas dependências, consolidando o espaço como referência cultural e simbólica da cidade.

Entretanto, o imóvel encontra-se atualmente sob risco. O governo do Estado de São Paulo, ignorando o valor histórico e social do bem, alienou a área de 4,4 mil metros quadrados por apenas R\$ 11,1 milhões, valor inferior à metade do estimado de mercado (cerca de R\$ 28 milhões). O comprador seria a empresa Veritas Capital, que ainda não apresentou plano público de uso para o local.

Em um bairro com forte tradição cultural e operária como o Brás, a demolição ou descaracterização do Presídio do Hipódromo seria uma afronta à memória paulistana. O tombamento é medida urgente e necessária para garantir que o espaço seja preservado e

ressignificado, transformando-se em um centro de memória, cultura e educação em direitos humanos, em vez de mais um capítulo apagado da história da cidade.

Pelo exposto, e diante da relevância histórica, cultural e simbólica do imóvel, propõe-se o tombamento do antigo Presídio do Hipódromo, a fim de assegurar sua proteção e preservação como patrimônio de São Paulo.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 24/10/2025, p. 450.

Para informações sobre este projeto, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.